

Nossas crianças serão alfabetizadas e olharão para o futuro com dignidade? | Carta semanal 28 (2022)



Nú Barreto (Guiné-Bissau), *A Esperar*, 2019.

Queridos amigos e amigas,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

O mundo está à deriva nas marés da fome e da desolação. É difícil pensar em educação, ou qualquer outra coisa, quando seus filhos não podem comer. E, no entanto, o forte ataque à educação durante a última década nos obriga a considerar o tipo de futuro que os jovens herdarão. Em 2018, antes da pandemia, as Nações Unidas **calculou** que 258 milhões de crianças, ou seja, uma em cada seis crianças em idade escolar, estava fora da escola. Em março de 2020, início da pandemia, a Unesco **estimou** que 1,5 bilhão de crianças e jovens foram afetados pelo fechamento de escolas; impressionantes 91% dos estudantes em todo o mundo tiveram sua educação **interrompida** pelos isolamentos e *lockdowns*.

Um novo **estudo da ONU** divulgado em junho de 2022 descobriu que o número de crianças passando por dificuldades em sua educação quase triplicou desde 2016, passando de 75 milhões para 222 milhões hoje. “Essas 222 milhões de crianças”, observa o programa Educação Não Pode Esperar, da ONU, “estão em um espectro de necessidades educacionais: cerca de 78,2 milhões (54% meninas, 17% crianças com dificuldades funcionais, 16% deslocadas à força) estão fora da escola, enquanto 119,6 milhões não atingem a proficiência mínima em leitura ou matemática nas séries iniciais, apesar de frequentarem a escola”. Muito pouca atenção está sendo dada à calamidade que isso imporá às gerações vindouras.

O Banco Mundial, em colaboração com a Unesco, **apontou** que o financiamento para a educação caiu em países de baixa e média renda, 41% dos quais “reduziram seus gastos com educação com o início da pandemia em 2020, com um declínio médio nos gastos de 13,5%”. Enquanto os países mais ricos retornaram aos níveis de financiamento pré-pandemia, nos países mais pobres o financiamento passou a ser abaixo da média pré-pandemia. O declínio no financiamento para a educação produzirá uma perda de quase 21 trilhões de dólares em ganhos ao longo da vida, muito superior aos 17 trilhões de dólares estimados em 2021. À medida que a economia vacila e os donos do capital aceitam o fato de que simplesmente não vão contratar bilhões de pessoas que se tornam – para elas – “população excedente”, não é à toa que o foco na educação seja tão marginal.



Professora escreve em lousa em uma escola do PAIGC em uma área liberada nas florestas da Guiné, 1974. Fonte: Roel Coutinho, *Guiné-Bissau e Senegal Photographs (1973-1974)*.

Olhar para os experimentos de libertação nacional de uma época anterior revela um conjunto de valores totalmente diferente, que priorizava acabar com a fome, aumentar a alfabetização e garantir outros avanços sociais que aumentassem a dignidade humana. Do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social vem uma nova série chamada Estudos sobre Libertação Nacional. O primeiro estudo desta série, *A Educação Política para a Libertação da Guiné-Bissau (1963-1974)*, é um texto fabuloso baseado na pesquisa de arquivo de **Sónia Vaz-Borges**, historiadora e autora de *Educação militante, luta de libertação e consciência: a educação do PAIGC na Guiné-Bissau, 1963-1978* (Peter Lang, 2019).

O PAIGC, abreviação de Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, foi fundado em 1956. Como muitos projetos de libertação nacional, o PAIGC começou dentro do quadro político estabelecido pelo Estado colonial português. Em 1959, os estivadores do cais de Pidjiguiti entraram em greve por melhores salários e melhores condições de trabalho, mas descobriram que os portugueses “negociavam” com armas quando mataram cerca de 50 trabalhadores, deixando outros feridos. Esse massacre convenceu o PAIGC a prosseguir uma luta armada, estabelecendo zonas libertadas do domínio colonial na então Guiné

(hoje Guiné-Bissau).

Nessas zonas libertadas, o PAIGC implantou um projeto socialista, que incluía um sistema educacional que buscava abolir o analfabetismo e criar uma vida cultural digna para a população. É essa busca de um projeto educacional igualitário que nos chamou a atenção, pois mesmo em um país pobre e enfrentando a repressão armada do Estado colonial, o PAIGC ainda desviou preciosos recursos da luta armada para construir a dignidade do povo. Em 1974, o país conquistou sua independência de Portugal; os valores desse projeto de libertação nacional continuam a ressoar em nós.



Estudantes dentro de uma sala de aula do PAIGC em uma escola primária nas áreas liberadas, 1974.
Crédito: Roel Coutinho, Guinea-Bissau e Senegal Photographs (1973-1974)

O projeto de libertação nacional que o PAIGC iniciou tinha dois objetivos simultâneos:

1. Derrubar as instituições coloniais de opressão e exploração.
2. Criar um projeto de reconstrução nacional para buscar a libertação econômica, política e social do povo que se oporia aos resíduos tóxicos deixados pelas estruturas coloniais nos corpos e mentes.

Até 1959, não existiam escolas secundárias na Guiné-Bissau, controlada pela monarquia portuguesa desde 1588. Em 1964, o primeiro congresso do PAIGC, sob a liderança de Amílcar Cabral, fez a seguinte promessa:

Criar escolas e desenvolver a instrução em todas as áreas libertadas. [...] Melhorar o trabalho nas escolas existentes, evitar um número muito elevado de alunos que pode prejudicar o aproveitamento de todos. Criar escolas, mas ter em conta as possibilidades reais para evitar que depois tenhamos que fechar algumas escolas por falta de meios. [...] Criar cursos especiais para formação e aperfeiçoamento de professores [...] Criar cursos para ensinar a ler e a escrever aos adultos, sejam eles combatentes ou elementos da população. [...] Criar, a pouco e pouco, bibliotecas simples nas zonas e regiões libertadas, emprestar aos outros os livros a que dispomos, ajudar outros a aprender a ler um livro, o jornal e a compreender aquilo que se lê.

Quem sabe deve ensinar quem não sabe, diziam os quadros do PAIGC, conforme se empregavam muitos esforços para ensinar alfabetização básica, a história de sua terra e a importância de sua luta pela libertação nacional.



Estudante usa um microscópio durante uma consulta médica do PAIGC em uma faculdade em Campada, 1973.

Crédito: Roel Coutinho, Guinea-Bissau e Senegal Photographs (1973-1974)

O nosso estudo explica todo o processo do sistema educativo criado pelo PAIGC, incluindo uma avaliação das formas e práticas educativas. Central para o estudo é um olhar atento sobre a pedagogia do PAIGC e seu currículo anticolonial e centrado na África. Como observa nosso estudo:

As experiências do povo africano, seu passado, seu presente e seu futuro tinham que estar no centro dessa nova educação. Os currículos escolares precisavam lidar e serem moldados pelas formas de conhecimento que existiam nas comunidades locais. Com essas novas abordagens, o PAIGC pretendia cultivar nos estudantes um sentido pessoal de obrigação para consigo próprios, com seus pares e com suas comunidades. Já em 1949, Cabral defendia que a produção de conhecimento se concentrasse nas realidades africanas existentes através das suas experiências de investigação sobre as condições agrícolas em Portugal e nos seus territórios africanos. Ele argumentou que uma das melhores maneiras de defender a terra era aprender e entender como usar o solo de forma sustentável e melhorar conscientemente os benefícios que obtemos dele. Conhecer e compreender a terra era uma forma de defender o povo e seu direito de melhorar suas condições de vida.

O estudo é cativante, uma janela para um mundo que foi vencido pela **austeridade** do ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional que arrasta a Guiné-Bissau para a turbulência desde 1995, com uma taxa de **alfabetização perto de 50%** – chocante para um país com o tipo de possibilidades de libertação postas em marcha pelo PAIGC. A leitura do estudo abre janelas de outrora, esperanças que continuam vivas enquanto nossos movimentos permanecerem atentos e retornarem à fonte para construir futuros melhores.

Cesária Évora (Cabo Verde) sings Amílcar Cabral's poem 'Retorno', 2010.

O líder do PAIGC, Amílcar Cabral, foi assassinado em 20 de janeiro de 1973, um ano antes de o colonialismo português sofrer uma derrota histórica. O PAIGC sofreu com a perda de seu líder. Em 1946, Cabral escreveu um poema lírico, “Retorno”, que apontava para a ética do movimento pelo qual deu a vida. “Retorno” era um termo importante no vocabulário de Cabral, a frase “retorno à fonte” era central em sua visão de que a libertação nacional deve tratar o passado como um recurso e não como um destino. Escute a grande cantora de Cabo Verde, Cesária Évora, declamar o poema de Cabral acima, e leia abaixo, uma porta para as esperanças que temos de uma educação libertadora:

Mamãe Velha, venha ouvir comigo
O bater da chuva lá no seu portão.
É um bater de amigo
Que vibra dentro do meu coração

A chuva amiga, Mamãe Velha, a chuva,
Que há tanto tempo não batia assim...
Ouvi dizer que a Cidade-Velha
– a ilha toda –
Em poucos dias já virou jardim...

Dizem que o campo se cobriu de verde
Da cor mais bela porque é a cor da esp'rança
Que a terra, agora, é mesmo Cabo Verde.
– É a tempestade que virou bonança...

Venha comigo, Mamãe Velha, venha
Recobre a força e chegue-se ao portão
A chuva amiga já falou mantenha
E bate dentro do meu coração!

|

Cordialmente,

Vijay.